



3517 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)

GT 11 - Política de Educação Superior

DESAFIOS IMPOSTOS A PESQUISA: COMO PRODUZIR CONHECIMENTO NO CONTEXTO ATUAL?

Richele Timm dos Passos da Silva - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Egeslaine de Nez - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: não

Resumo:

O objetivo desta investigação consiste em compreender a pesquisa educacional e suas políticas indutoras como um processo histórico-social atravessado por significações políticas. No contexto atual, o governo brasileiro elabora um projeto de universidade que articula medidas entre avanços e retrocessos educacionais, considerado por alguns teóricos como um verdadeiro “desmonte” das instituições e das agências nacionais de fomento da ciência. Em meio às brechas legislativas, organismos internacionais passam a interferir no modelo de produção do conhecimento das universidades indicando ações sobre a atividade da pesquisa: UNESCO, OECD, OMC–WTO e BM. Documentos oficiais desses órgãos identificam a educação como “gasto” público e a pesquisa como inviável para uso de incentivos fiscais. As políticas para financiamento da pesquisa vêm se desgastando ao longo das últimas décadas. Contudo, é necessário repensar a Universidade e sua função de produção do conhecimento, num contexto de transformações na sociedade, sob os efeitos de uma nova forma do capital que repercute diretamente nesse processo.

Palavras-chave:

Educação Superior. Pesquisa. Financiamento.

DESAFIOS IMPOSTOS A PESQUISA: COMO PRODUZIR CONHECIMENTO NO CONTEXTO ATUAL?

Resumo:

O objetivo desta investigação consiste em compreender a pesquisa educacional e suas políticas indutoras como um processo histórico-social atravessado por significações políticas. No contexto atual, o governo brasileiro elabora um projeto de universidade que articula medidas entre avanços e retrocessos educacionais, considerado por alguns teóricos como um verdadeiro “desmonte” das instituições e das agências nacionais de fomento da ciência. Em meio às brechas legislativas, organismos internacionais passam a interferir no modelo de produção do conhecimento das

universidades indicando ações sobre a atividade da pesquisa: UNESCO, OECD, OMC–WTO e BM. Documentos oficiais desses órgãos identificam a educação como “gasto” público e a pesquisa como inviável para uso de incentivos fiscais. As políticas para financiamento da pesquisa vêm se desgastando ao longo das últimas décadas. Contudo, é necessário repensar a Universidade e sua função de produção do conhecimento, num contexto de transformações na sociedade, sob os efeitos de uma nova forma do capital que repercute diretamente nesse processo.

Palavras-chave:

Educação Superior. Pesquisa. Financiamento.

Os desafios da produção da pesquisa

O mundo está em transição e transformação estrutural há pelo menos duas décadas. Esse é um processo multidimensional associado à emergência de um novo paradigma econômico, baseado nas tecnologias de comunicação e de informação, que começa a tomar forma na década de sessenta difundindo-se de forma desigual por todo o mundo. A universidade tem se deparado com os desafios dessa nova reestruturação social que enfatiza educar profissionais e produzir conhecimento com fins social/humanístico e/ou visando o lado mercadológico da globalização capitalista. Essa dualidade é resultado das mudanças no campo econômico, científico, social, político e tecnológico.

As concepções dos modelos clássicos de universidade serviram para estruturá-la no mundo, incluindo o Brasil. Ao final do século XIX, eram as instituições que mais representavam o projeto de modernidade. Segundo Morosini (2006), congregou tanto a ideia de “instituição do conhecimento como também é a principal responsável pela formação da estrutura epistêmica do Estado nacional moderno. O ethos da Universidade moderna é o conhecimento, que tem uma função consagrada na sociedade e ao mesmo tempo uma autonomia da sociedade” (p. 63).

Lombardi (2011) explicita que a universidade foi gerada sob o impulso do desenvolvimento das ciências, do iluminismo e do enciclopedismo, porém, não seguiram um modelo único, estabelecendo diferenciadas relações entre ciência, Estado e desenvolvimento econômico.

A criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), em 1938 e, a composição do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais de Pesquisa (1956) acentuou a implantação dos cursos de pós-graduação, que compôs a fase de instauração da atividade de produção de conhecimento que se inicia efetivamente a partir da década de 50.

Outros dados relevantes para se compreender o avanço, financiamento e organização da pesquisa brasileira são: a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT); o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); a Fundação de Capacitação de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em consequência do avanço científico; e, por fim, em 1990, as Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais (FAPs) (MOROSINI, 2009).

Atualmente, o Governo Federal elabora seu projeto universitário articulando medidas entre avanços e retrocessos do regime democrático, levando em conta as influências e o contexto internacional. Em meio às brechas legislativas, organismos internacionais passam a interferir direta ou indiretamente na educação de um modo geral e na universidade de modo particular. Entre esses órgãos destacam-se os seguintes: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que iniciou sua atuação no Brasil em 1972, objetivando auxiliar a formulação e operacionalização de políticas públicas com atuação também com instâncias da sociedade civil; e, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), que se preocupa com questões de formação de mão-de-obra qualificada, emprego e desenvolvimento voltada aos interesses dos países ricos. Entre outras funções, esses organismos auxiliam os governos nas questões econômicas, sociais e de gestão (MOROSINI, 2006).

Além disso, a Organização Mundial de Comércio (OMC) – World Trade Organization (WTO) que tem seus acordos discutidos, negociados e assinados pela maioria das nações envolvidas no comércio

mundial, amplia sua parcela de participação na Educação Superior; e, o Banco Mundial (BM), recomenda uma concepção de universidade, para todas as instituições de países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento. O documento *La Enseñanza* de 1995 revela a educação como “gasto” do Estado e a pesquisa como inviável de receber incentivos estatais (MOROSINI, 2006).

As políticas de financiamento da pesquisa surgem nesse contexto discutindo políticas de Estado (com um caráter duradouro) e políticas de governo (que se alteram constantemente). É imprescindível enfatizar que vista pelo prisma dos países que pressionam a OMC para a desregulamentação do setor educacional, há uma tendência para promover a competição no ambiente acadêmico. No caso brasileiro, o processo de internacionalização, da pesquisa e das universidades, se iniciou timidamente, em resposta às prioridades governamentais. Segundo Lima e Contel (2011) concretizou-se, ao longo dos anos, em ações que aproximaram o governo e as instituições, objetivando ampliar as condições que favoreceriam o desenvolvimento de expertise para o desenvolvimento do país.

Com reflexos dos marcos regulatórios das leis, a reforma universitária encaminhada pelo projeto de lei nº. 7.200/2006, no Governo Lula, atendia as seguintes proposições articuladas ao movimento internacional: modelo de financiamento; regulação da transnacionalização das universidades privadas; princípio da responsabilidade social; regulação das fundações; e por fim, avaliação e acreditação das instituições com ênfase na qualidade (FRANCO e MOROSINI, 2010).

Sguissardi (2006) comenta que à medida que avançam as reformas em diferentes países, as universidades tendem a se assemelhar entre si, porque são cada vez mais subsumidas pela economia e pela competitividade econômica do mercado. Essas são também as características predominantes do modelo brasileiro, que consecutivamente norteiam o financiamento da pesquisa.

Esse movimento é perceptível em outros países, Litwin (2009) destaca que quem recebe uma maior cota de investimento, atinge uma taxa de crescimento que supera as demais e a pesquisa é fundamental na determinação do prestígio e porte das universidades. Altbach (2004) constata que a pesquisa passou a ser o valor central das universidades, “[...] Premiações e prestígio institucional para membros do corpo docente são outorgados principalmente com base em produtividade de pesquisa” (p. 31).

Neste sentido, as pesquisas viraram ao longo dos anos reféns do capital e os pesquisadores, trabalhadores explorados por essa nova ordem de produção. Chauí (2003) e Machado e Bianchetti (2011) preocupam-se com o produtivismo que estrangula e direciona as atividades docentes.

Atualmente, o financiamento da pesquisa no Brasil se dá por meio de diferentes sistemas e instituições de fomento. Os recursos institucionais são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Algumas universidades públicas possuem suas próprias agências e fundos, que são geridos com o propósito de apoiar suas ações. Todavia, identifica-se um incentivo na distribuição de recursos internacionais, por meios de suas agências, para a execução das pesquisas em solo brasileiro, e isso seria um instrumento-chave para a cooperação e internacionalização do conhecimento.

Nesse contexto, se associa a responsabilidade acadêmica e política à produção da ciência e da tecnologia. Para Baumgarten (2007) a crescente ênfase na privatização do conhecimento, através das patentes, resulta da disseminação internacional de modelos que se desenvolveram nos Estados Unidos, associados à legislação que incentivou a intervenção direta nas universidades, através da propriedade industrial. Um discurso privatista passou a interpor-se nas instituições de pesquisa e infiltrou-se no discurso da academia.

Assim, dominado pelo produtivismo e pressionado pelas avaliações da CAPES ao longo das décadas, a noção de mercadoria vem penetrando cada vez mais na própria concepção das produções intelectuais. Slaughter e Leslie (1997) consideram que se gera uma espécie de capitalismo, onde os pesquisadores captam recursos para a pesquisa, os quais procuram visibilidade nacional e internacional, isso quer dizer, são “empreendedores de sua produção intelectual”.

Necessariamente, o financiamento da pesquisa está regulado por uma lógica no âmbito interno (de poder e de autoridade) e no externo (do mercado do conhecimento e dos interesses do Estado). Não obstante, tem relevância nesse estudo refletir a tendência de “des”estruturação das agências de financiamento brasileiras (CAPES, CNPq e FAPs) e uma “re”organização de fontes reguladoras do uso do recurso público para a execução da pesquisa com fundo privado internacional.

Para exemplificar essa situação de distribuição de recursos de instituições não nacionais, destaca-se a Fundação Ford (organização privada, sem fins lucrativos), criada nos Estados Unidos, em 1936. Tem como finalidade o apoio a instituições inovadoras em todo o mundo, comprometidas com a consolidação da redução da pobreza e com o desenvolvimento humano (FUNDAÇÃO FORD, 2018).

Outra situação que delineia esse processo de mercadorização da pesquisa é a Fulbright, estabelecida em 1946, com objetivo de ampliar acordos com os Estados Unidos, já concedeu cerca de 223.000 bolsas de estudo, pesquisa e docência, abarcando aproximadamente 150 países. Entre muitas áreas, prioriza as Ciências Humanas e Sociais. O programa professor/pesquisador visitante Capes– Fulbright concede bolsas para professores e pesquisadores brasileiros, das diversas áreas do conhecimento, para ministrar aulas, realizar pesquisas ou desenvolver atividades de orientação técnica e científica em instituições de ensino superior nos EUA (FULBRIGHT, 2018).

Existem ainda outras instituições/organizações, tais como Fundação Carolina, Santander, Laureate Education, entre muitas. Essas evidências sinalizaram o avanço do financiamento da pesquisa por agências diversificadas de fundo internacional. Todavia, mesmo que a proposta de ajuda financeira auxilie na produção de conhecimento, ainda assim, e, com todos os desafios postos, o Brasil está em 13º lugar em produção científica mundial (entre 2012 a 2016).

Em todos os momentos as universidades vivem tensões entre a necessidade de autonomia e o controle exercido por esse e outros tipos de instrumento de financiamento ou por grupos ligados a estruturas nacionais ou supranacionais, no que toca especificamente à pesquisa. Observa-se que essa conjuntura acontece porque a universidade brasileira absorve e exprime as ideias e práticas neoliberais dominantes, sendo que algumas organizações financeiras também acabam influenciando o espaço da pesquisa. Chauí (2001) indica que,

[...] a aceitação do critério de distribuição dos recursos públicos para pesquisa a partir da ideia de “linhas de pesquisa”, critério que faz sentido para as áreas que operam com grandes laboratórios e com grandes equipes de pesquisadores, [...] não faz nenhum sentido nas áreas de humanidades e nos campos de pesquisa teórica fundamental (p. 35 – grifo da autora).

Chauí (2001) ainda provoca reflexões quando comenta sobre a “aceitação acrítica da privatização da pesquisa (p. 01)”, destaca também que o seu financiamento externo traz perda de autonomia da universidade quanto à definição de suas prioridades, contribuindo para o desprestígio crescente de financiamento de algumas áreas. Em muitos casos, para Fávero (1980), o suporte institucional do desenvolvimento da pesquisa tem sido solapado; quando, ao contrário, deveriam funcionar como um mecanismo que levasse à sua maior autonomia.

É viável reforçar ainda, que algumas áreas do conhecimento, as relacionadas com as exatas, tecnologias, engenharias, entre outras, recebem mais financiamentos do que as humanidades, incluindo proventos provenientes dos setores privados dentre os citados anteriormente. Essas bases de financiamento incidem na problemática: a tendenciosidade da pesquisa e/ou a indução pelos editais dos órgãos privados e empresas para áreas específicas. A FAP do Estado de Mato Grosso é um exemplo claro nesse sentido, quando privilegia o agronegócio, em detrimento de outras áreas de investigação que também merecem algum tipo de recurso.

Finalmente, destaca-se em tempo, a criação de uma comissão instituída pela Portaria nº 24, de 31 de janeiro de 2018, formada por representantes do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop) e da Diretoria de Programas e Bolsas (DPB), da Capes, que trata da necessidade de criar instrumentos operacionais de repasses financeiros às instituições. Além, do imperativo de avaliação dos critérios de distribuição de bolsas e recursos da produção da pesquisa no país.

Concomitantemente, e corroborando com o desmonte e a descaracterização das agências de fomento da pesquisa, a CAPES vem atuando na articulação de diversos segmentos da sociedade em prol da criação de um fundo privado exclusivamente destinado ao investimento contínuo em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Este fundo tem o potencial de injetar vultosos recursos no setor, por meio de um programa de excelência para as universidades e institutos de pesquisa. A mobilização resultou em um projeto de lei, atualmente em trâmite no Senado Federal: o PL 158/2017, que recentemente entrou em processo de consulta pública (https://www12.senado.leg.br/e_cidadania/visualizacaomateria?

Diante disso, há que se admitir as mudanças recentes do cenário sócio-político brasileiro, no campo da produção da pesquisa nas universidades, no desmonte das universidades públicas por meio do seu financiamento de custeio e no agravamento do processo de intensificação e precarização do trabalho docente, enfatizando-se aqui, o produtivismo.

Considerações finais

Nessa proposição de síntese histórica e analítica das questões ligadas à pesquisa, evidencia-se que o Brasil precisa discutir seu projeto de universidade, assim como sua produção de conhecimento. Os tempos contemporâneos transformaram as instituições ditando-lhes funções, objetivos e recursos bem definidos e modelos com lógicas de funcionamento localizadas. A questão que se coloca é como responder aos desafios, sem se subordinar aos paradigmas estabelecidos por uma sociedade altamente mercadológica e construir uma proposta alternativa.

Lombardi (2011) considera que se trata de uma concepção subjugada ao capitalismo, onde a universidade é homóloga ao mercado, uma empresa prestadora de serviços adaptada à sociedade e ao acadêmico (convertido em cliente e consumidor). Isso demanda comentar que os modelos universitários, como produtos históricos, refletem menos as aspirações dos projetos originais de seus criadores e mais as relações com a sociedade onde foram enxertados e as vicissitudes provocadas pelos acontecimentos históricos.

Levando-se em conta a acelerada evolução do cenário tecnológico global, o Brasil deve dotar-se de programas de fomento. Para isso, é necessário um compromisso no sentido de construir oportunidades de valorização interna da pesquisa. Leite (2006) assinala que algumas universidades tiveram uma postura agressiva sobre o mercado do conhecimento, observaram-se parcerias entre docentes e acadêmicos para formação de incubadoras empresariais, registros de patentes, venda de produtos, parques tecnológicos, escritórios de negócios, elementos que contribuíram na mercadorização e na internacionalização da pesquisa.

A produção do conhecimento passa a ser um espaço de poder dominante na sociedade, que tensiona sua privatização. Um exemplo de políticas públicas que se alinham a essa perspectiva é o programa ciência sem fronteiras, que promove expansão e internacionalização da ciência, da tecnologia, da inovação e da competitividade, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, além da especificidade da formação do pesquisador. Essa ideia implica o empresariamento da atividade científica.

Percebe-se esse complexo cenário de avanços e retrocessos que estamos vivenciando a partir dessas considerações, e, portanto, há que se propor a reflexão sobre a possibilidade de se construir uma universidade contra-hegemônica, que produza conhecimento para além do mercado, onde se possa criticar esse contexto amplo de sociedade, de universidade e função da pesquisa.

"No caminho com Maiakóvski" (1968) poema do brasileiro Eduardo Alves da Costa, ilustra com muita propriedade a situação vivenciada. "Na primeira noite, rouba-nos uma flor e nós não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem pisam nas flores matam nosso cão e nós, não dizemos nada. Na terceira noite, o mais fraco deles entra em nossa casa e conhecendo os nossos medos, arranca-nos a voz da garganta, então queremos denunciar, mais já não podemos dizer mais nada."

Referências

ALTBACH, P. G. Globalization and the university: myths and realities in an unequal world. **Tertiary education and management**. Kluwer Academic Publishers, 10, 2004. p. 03-25.

BAUMGARTEN, M. Geopolítica do conhecimento e da informação: semiperiferia e estratégias de

desenvolvimento. **Liinc em revista**. V. 3, n.1, mar. 2007.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**. n. 24. set./dez. 2003.

_____. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

FÁVERO, M. L. **Universidade e Poder**- Análise Crítica, Fundamentos Históricos: 1930-1945. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FRANCO, M. E. D. P.; MOROSINI, M. C. Cenários da educação superior e desafios para o ensino aprendizagem. **Anais do XV ENDIPE Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 12–23.

FULBRIGHT. Disponível em: <https://fulbright.org.br/>. Acesso em: 10 maio 2018.

FUNDAÇÃO FORD. **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social**. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down252.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

LEITE, D. Brasil urgente! Procuram-se identidades da universidade. **Educación superior y sociedade**. v. 15, p. 91-106, 2006.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. **Internacionalização da educação superior**: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2011.

LITWIN, J. M. A eficácia da estratégia na competição do financiamento da pesquisa no ensino superior. In: **A educação superior e de gestão**: política, pesquisa e prática. V. 15. n. 01. mar. 2009.

LOMBARDI, J. C. Prefácio. ARAUJO, J. C. S. **A universidade iluminista (1798-1921)**: de Kant a Max Scheler. V. 1. Brasília: Liber Livro, 2011.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des) fetichização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **RAE**, São Paulo, v. 51, n. 3, maio/jun. 2011.

MOROSINI, M. C. **Enciclopédia de pedagogia universitária**: Glossário. v. 2. Brasília: Inep/Mec, 2006.

_____. A pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista argentina de educación superior**. RAES. a.1. n.1 nov. 2009.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e sociedade**. Campinas, v. 27, n. 96. out. 2006.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L. **Academic capitalism**: politics, policies, and the entrepreneurial university. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.